

MERCADOS

Bolsa renova recorde e tem melhor mês desde agosto de 2024

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou novembro em tom maior, não distante de arredondar marca histórica a 160 mil pontos durante a sessão, estendendo a sucessão de recordes iniciada ainda no fechamento de 27 de outubro, então um pouco abaixo dos 147 mil, e que se alongaria por 12 pregões até 11 de novembro. Após breve intervalo de consolidação em meados do mês, o ajuste de máximas foi retomado na quarta, quando o Índice Bovespa (Ibovespa) subiu 1,7%, e levado um pouco mais adiante nesta sexta, em sessão com giro em recuperação na retomada, em horário parcial, dos mercados nos Estados Unidos, que na quinta não operaram devido ao feriado de Ação de Graças.

Ao fim, com menos fôlego no ajuste de encerramento, assinalava alta de 0,45%, aos 159.072,13 pontos, que colocou o ganho acumulado no mês a 6,37%, no que foi seu melhor desempenho mensal desde o avanço de 6,54% em agosto de 2024. Nesta sexta-feira, saiu de abertura aos 158.357,61 pontos, e oscilou para baixo, na mínima da sessão a 158.077,66. Tendo preservado a linha de 158 mil no piso do dia, buscou máxima intradia a 159.689,03 pontos, à tarde, em novo recorde histórico. No ano, o Ibovespa sobe agora 32,25%.

O giro nesta sexta foi a R\$ 25,2 bilhões. Na semana, o Ibovespa colheu ganho de

2,78%, após perda de 1,88% no intervalo anterior que havia interrompido série de cinco ganhos semanais. No fechamento de outubro, no então nível inédito de 149,5 mil pontos, o Ibovespa, em dólar, estava em 27.793,98 pontos. Agora, com o índice da B3 de novo em patamar histórico no fim de novembro, chega na moeda americana a um nível próximo de 30 mil pontos, a 29.817,82, refletindo também a queda de quase 1% (-0,85%) do dólar no mês, hoje a R\$ 5,3348.

Apesar de estar acima do pico que antecedeu a pandemia, de 29 400 pontos em janeiro de 2020, o Ibovespa ainda está longe do topo registrado em julho de 2008.

Nesta sexta, as novas marcas históricas intradia e de fechamento foram alcançadas a despeito do desempenho de Petrobras, com ambas as ações da estatal em baixa após o Plano de Negócios 2026-2030, divulgado na noite anterior, com queda na projeção de Capex para o intervalo. No encerramento da sessão, a ação ON mostrava perda de 2,45% e a PN, de 1,88%. Vale ON, por outro lado, subiu 1,61% e os ganhos entre os maiores bancos chegaram a 2,28% em Itaú PN, o papel de maior peso do setor financeiro, o principal segmento do Ibovespa.

Na ponta ganhadora do índice na sessão, Natura (+4,54%), MRV (+3,33%) e Yduqs (+2,79%). No lado oposto, Assaí (-6,06%), Hapvida (-6,00%) e C&A (-5,03%).

Dólar cai 0,32%, a R\$ 5,3348, com maior apetite externo

FERNANDA BOMPAN/AE

O dólar frente ao real encerrou o último pregão de novembro em queda, devolvendo parte da alta da véspera. A divisa caiu 0,32%, cotada a R\$ 5,3348, após oscilar entre mínima de R\$ 5,3245 e

máxima de R\$ 5,357, em sessão de liquidez reduzida pela combinação do pregão mais curto em Nova York, na resaca do feriado de Ação de Graças, com a disputa pela última taxa Ptax de novembro e a rolagem de contratos futuros.

Nota

BC CONFIRMA LANÇAMENTO DA PORTABILIDADE DE CRÉDITO NO OPEN FINANCE EM FEVEREIRO DE 2026

O Banco Central confirmou nesta sexta-feira, que a portabilidade de crédito por meio do Open Finance vai ser lançada ao público em fevereiro de 2026, como antecipou o Grupo Estado em maio. O BC e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram duas resoluções sobre o tema na manhã desta sexta. Os textos incluem o compartilhamento do serviço de portabilidade no escopo do Open Finance. "A Resolução Conjunta nº 15/2025 e a Resolução CMN nº 5 2657/2025? entram em vigor imediatamente, havendo período inicial em que as instituições financeiras realizarão testes de forma restrita", diz o BC, em nota. Segundo a autarquia, a regra mantém o procedimento já vigente na portabilidade de crédito realizado por meio de sistema eletrônico com troca de informações. "A portabilidade de crédito por meio do Open Finance trará maior eficácia no acesso e na troca das informações, que poderão ser compartilhadas de forma segura, ágil, padronizada e digital, eliminando assimetrias de informação e barreiras operacionais e propiciando um processo automatizado e mais eficiente", diz a autarquia. Com isso, o BC espera uma redução no tempo para finalização das operações de portabilidade, de até cinco dias úteis para até três dias úteis. Além disso, a medida tem o potencial para reduzir custos e aumentar a concorrência, segundo o regulador.

IBGE

Taxa de desemprego cai para 5,4%, e é a menor desde 2012

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Brasil atingiu no trimestre encerrado em outubro a taxa de desemprego de 5,4%. É o menor índice registrado pela série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012. O período de três meses terminou também com recorde no número de pessoas com carteira assinada e no rendimento médio do trabalhador.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgada nesta sexta-feira.

Destaques da pesquisa:

- Desemprego no trimestre terminado em outubro caiu para 5,4%. No trimestre móvel anterior, terminado em setembro, era de 5,6%. No trimestre terminado em outubro de 2024, a taxa era 6,2%.

A maior taxa já anotada foi de 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia de covid-19.

- O número de desocupados atingiu 5,910 milhões, menor contingente da série histórica. Esse total de pessoas representa queda de 11,8% (menos 788 mil

pessoas procurando emprego) em relação ao mesmo trimestre de 2024. Já o total de ocupados ficou em 102,5 milhões, patamar recorde.

- O total de ocupados com carteira assinada chegou a 39,182 milhões, outro recorde da pesquisa.

- Massa salarial: o aumento do rendimento e o crescente número de ocupados fez com que a massa de rendimento, o total de renda dos trabalhadores, atingisse o recorde de R\$ 357,3 bilhões, representando expansão de 5% em um ano.

JURO ALTO

A coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, destaca que a massa de rendimentos funciona como um estímulo na economia, de forma a ser um contraponto aos juros altos, que encarecem o crédito e tendem a esfriar a economia. "Ter essa massa em patamares elevados influencia o consumo", diz.

A taxa básica de juros, a Selic, está em 15% ao ano, o maior patamar desde 2006. É um esforço do Banco Central (BC) para conter a inflação, que está há 13 meses acima da meta do governo, de 4,5% no máximo.

SETORES

Dos dez grupamentos de ati-

vidade pesquisados pelo IBGE, dois aumentaram a ocupação: construção (2,6%, ou mais 192 mil pessoas) e administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (1,3%, ou mais 252 mil pessoas). O único com redução foi o classificado como "outros serviços" (2,8%, ou menos 156 mil pessoas).

MERCADO DE TRABALHO

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

INFORMALIDADE

No trimestre encerrado em outubro, a taxa de informalidade, ou seja, proporção de pessoas da população ocupada sem direitos trabalhistas, foi de 37,8%, o que significa 38,7 milhões de trabalhadores informais. É o mesmo patamar do trimestre encerrado em julho e móvel anterior e abaixo

dos 38,9% do trimestre encerrado em outubro de 2024.

A pesquisa do IBGE revela que o número de trabalhadores que contribuíram para institutos de previdência foi recorde. No trimestre encerrado em outubro alcançou 67,8 milhões de pessoas.

Em termos proporcionais, isso representa que 66,1% dos ocupados contribuíram para a aposentadoria, igualando o recorde atingido no trimestre encerrado em janeiro de 2016.

"Isso está muito associado à retração maior da informalidade. Normalmente os informais são os mais afastados da cobertura previdenciária", diz Adriana Beringuy.

CAGED

A Pnad foi divulgada no dia seguinte a outro indicador de comportamento do mercado de trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e que acompanha apenas o cenário de empregados com carteira assinada.

De acordo com o Caged, outubro apresentou saldo positivo de 85,1 mil vagas formais. Em 12 meses, o balanço é positivo em 1,35 milhão de postos com carteira assinada.

BANCO CENTRAL

Déficit nominal do setor público soma R\$ 81,522 bi em outubro

CÍCERO COTRIM E MARIANNA GUALTER/AE

O setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e estatais, à exceção de Petrobras e Eletrobras) teve déficit nominal de R\$ 81,522 bilhões em outubro, após um rombo de R\$ 102,185 bilhões em setembro, informou o Banco Central. Em outubro de 2024, o resultado nominal havia sido negativo em R\$ 74,681 bilhões.

INTENET

BC proíbe fintechs sem licença de usar termos como ‘banco’ e ‘bank’

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As instituições financeiras sem autorização de funcionar como banco estão proibidas de usar termos "banco" ou "bank" em seus nomes empresariais, marcas, domínios na internet ou qualquer forma de apresentação ao público. A norma integra um conjunto de medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e passa a valer imediatamente.

Aprovada na reunião mensal do CMN na quinta-feira passada, a medida só foi divulgada pelo Banco Central (BC) nesta sexta-feira. Segundo a autoridade monetária, a restrição atinge especialmente fintechs e empresas de tecnologia que oferecem serviços

financeiros, como instituições de pagamento ou sociedades de crédito, mas sem licença específica para operar como banco. De acordo com o BC, o uso inadequado da nomenclatura pode levar clientes a interpretar equivocadamente o tipo de serviço prestado.

"Será vedado às instituições utilizar termos que sugiram atividade ou modalidade de instituição, em português ou em língua estrangeira, para a qual não tenham autorização de funcionamento específica", afirmou o Banco Central, em nota.

A regra é detalhada na Resolução Conjunta 17/2025 e vale para nome empresarial, nome fantasia, marca, domínio de internet e qualquer forma de comunicação ao

67,785 bilhões no mês passado. Os governos regionais tiveram saldo negativo de R\$ 13,131 bilhões, enquanto as empresas estatais tiveram déficit nominal de R\$ 606 milhões.

GASTOS COM JUROS

O setor público consolidado teve uma despesa de R\$ 113,914 bilhões com juros em outubro, após gastar R\$ 84,732 bilhões em setembro, informou o Banco Central.

O Governo Central teve des-

pesas de R\$ 103,965 bilhões na conta de juros.

Os governos regionais gastaram R\$ 9,492 bilhões, e as empresas estatais, R\$ 457 milhões.

De janeiro a outubro, a despesa do setor público com juros atingiu R\$ 798,584 bilhões, ou 7,60% do Produto Interno Bruto (PIB).

No acumulado de 12 meses, a despesa soma R\$ 987,160 bilhões, ou 7,88% do PIB. Em 2024, foi de R\$ 950,423 bilhões, ou 8,09% do PIB

em desacordo deverão apresentar ao BC, em até 120 dias, um plano de adequação contendo procedimentos e cronograma de implementação. O prazo máximo para que a adaptação seja concluída é de um ano. Segundo o diretor de Regulação do BC, Gilneu Vivan, a medida busca trazer mais clareza ao consumidor e reforçar a segurança do sistema financeiro. "Temos observado novos modelos de negócio em que o nome utilizado pela instituição não corresponde ao serviço autorizado. Isso pode gerar confusão ao cliente e risco ao sistema", afirmou.

A autoridade monetária estima que entre 15 e 20 instituições deverão ser afetadas. Um dos casos mais conhecidos é o Nubank, que possui autorizações para atuar como instituição de pagamento, sociedade de crédito e corretora de valores, mas não como banco. A instituição financeira informou que analisa a nova regulação e que os serviços seguem funcionando normalmente.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor	FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe	HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

2026-2030

Plano de investimentos da Petrobras prevê US\$ 109 bi

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou por unanimidade, em reunião realizada na quinta-feira passada , o Plano de Negócios 2026-2030. A companhia prevê investimentos totais de US\$ 109 bilhões, sendo US\$ 91 bilhões em projetos da Carteira em Implantação e US\$ 18 bilhões na Carteira em Avaliação, composta por oportunidades com menor grau de maturidade.

O plano atual teve pequena redução, de 1,8%, em relação ao Plano de Negócios 2025-29, quando a Petrobras aprovou investimentos de US\$ 111 bilhões, sendo US\$ 98 bilhões na Carteira de Projetos em Implantação e US\$ 13 bilhões na Carteira de Projetos em Avaliação, composta por oportunidades com menor grau de maturidade e sujeita a estudos adicionais de financiabilidade antes do início da execução.

“Nossos investimentos somam volume significativo para a economia brasileira, US\$ 109 bilhões, que representam 5% dos investimentos totais no país. Nossos projetos têm o potencial de gerar e sustentar 311 mil empregos diretos e indiretos e vamos contribuir com R\$ 1,4 trilhão em tributos para municí-



TOMAZ SILVA/ABRASIL

pios, estados e União nos próximos cinco anos, afirmou a presidente da Petrobras, Magda Chambriard (foto).

Ela disse que a empresa seguirá sua trajetória de líder na transição energética justa, promovendo o desenvolvimento sustentável do país, contribuindo para a segurança energética nacional, gerando valor e com-

partilhando os resultados com a sociedade,

A fim de garantir resiliência financeira e flexibilidade para responder às condições de mercado, o Plano introduz um novo mecanismo para a Carteira em Implantação, com duas classificações: “Carteira em Implantação Base”: US\$ 81 bilhões, que engloba os projetos

cujo orçamento foi aprovado no plano, mesmo que ainda não sancionados, cujos investimentos ainda terão seu mérito econômico avaliado. A companhia tem também a “Carteira de Implantação Alvo”, cujos US\$ 10 bilhões adicionais dependem da confirmação do orçamento e da análise de financiabilidade.

ALÍVIO NAS CONTAS

Aneel anuncia que dezembro terá bandeira tarifária amarela

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou no fim da tarde desta sexta-feira, que o último mês deste ano terá o acionamento da bandeira amarela, um alívio em relação à vermelha patamar 1, que vigorou em novembro. A classificação para dezembro representará um custo adicional de R\$ 1,88 para cada 100 kWh consumidos. O anúncio vem em li-

nha com as expectativas de especialistas do setor elétrico.

Nos meses de agosto e setembro o patamar aplicado foi vermelho 2 Em outubro houve redução para o patamar 1. A Aneel apontou que, até o momento, a previsão de chuvas para dezembro é superior à de novembro, na maior parte do País. A estimativa considera a entrada do período chuvoso.

Ainda assim, a expectativa de chuvas está, de forma geral,

abaixo da sua média histórica para esse mês do ano. Os primeiros meses de 2026, por sua vez, devem ser de bandeira verde, sem cobrança adicional.

Porém, apesar das perspectivas positivas à frente, as projeções podem ser alteradas. Além do risco hidrológico (GSF), gatilho para o acionamento das bandeiras mais caras, outro fator de peso é o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) - valor

calculado para a energia a ser produzida em determinado período

Com as condições de geração de energia mais favoráveis, foi possível mudar da bandeira vermelha patamar 1 para amarela.

A Aneel reforçou que o acionamento das termelétricas continua essencial para atender à demanda. Isso justifica o pagamento adicional com a sinalização da bandeira tarifária.

SEMICONdutoRES

Nexperia pede que unidade na China restaure fluxo de chips

PEDRO LIMA/AE

A Nexperia pediu que sua unidade na China restabeleça o fornecimento de semicondutores essenciais à indústria automotiva, alertando para paralisações iminentes. Em carta aberta, disse não ter recebido resposta significativa da operação chinesa após várias tentativas de diálogo e cobrou medidas imediatas para recuperar fluxos de entrega previsíveis.

Em sua carta aberta, a Nexperia detalhou que tentou, sem sucesso, restabelecer o diálogo com

a unidade chinesa por diversos canais - ligações, e-mails, propostas de reuniões e até comunicações formais exigindo cumprimento de obrigações. A empresa pediu que a contraparte chinesa retome negociações estruturadas, incluindo a opção de mediação por um terceiro neutro. A carta também listou ações necessárias para restaurar a cadeia de fornecimento, como recuperar fluxos previsíveis de produção e entrega, reforçar a governança operacional e alinhar processos internos às diretrizes da matriz.

A controladora chinesa

Wingtech Technology respondeu pedindo negociações sobre o controle da empresa, acusando a intervenção do governo holandês, em setembro, de causar "instabilidade e desordem" na cadeia global de semicondutores. Sem solução, afirmou, será "impossível" restaurar a normalidade. A empresa alertou ainda para potenciais ajustes forçados na produção e entrega de montadoras e para maior risco de ruptura em setores de automação industrial.

Haia assumiu o controle da Nexperia alegando proteger "co-

nhecimento tecnológico" essencial à segurança econômica europeia, após alertas dos EUA de que a fabricante poderia ser alvo de restrições se mantivesse os donos chineses. Pequim reagiu com um aviso de controle de exportação em 4 de outubro, barrando a saída de determinados produtos da Nexperia China. Uma reunião entre Donald Trump e Xi Jinping ajudou a reduzir tensões, e o governo holandês suspendeu recentemente a ordem de intervenção, permitindo a retomada das exportações no início do mês.

AIRBUS

Latam: aeronaves que operam no Brasil não são afetadas por recall

ELISA CALMON/AE

As aeronaves do Grupo Latam que operam no Brasil não serão afetadas pelo recall de aeronaves da família A320 da Airbus, informou a companhia. As medidas se aplicam apenas a um número limitado de aviões das afiliadas da Colômbia, Chile e Peru, mas as aeronaves que operam no Brasil e Equador não estão sujeitas às indicações da fabricante, ainda segundo a nota.

"As afiliadas do grupo Latam, alinhadas às medidas comunicadas pela Airbus e pela Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA), estão implementando ativamente ações exigidas em parte de suas respectivas frotas de aeronaves da

Família A320", explica a empresa no comunicado.

A aérea complementa ainda que as pessoas, cujos itinerários possam ser modificados, serão contatadas diretamente para receber alternativas de viagem. As afiliadas do grupo Latam lamentam os inconvenientes que essa situação, alheia à sua vontade, possa causar e agradecem a compreensão dos passageiros enquanto essas medidas - essenciais para manter os mais altos padrões de segurança operacional - são implementadas".

O Grupo Latam encerra afirmando que as equipes estão trabalhando para minimizar os impactos e oferecer soluções adaptadas às necessidades de cada passageiro.

CÂMARA

Alckmin defende aprovação do projeto do devedor contumaz

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, classificou o projeto do devedor contumaz como "importantíssimo" e defendeu celeridade na tramitação do texto no Congresso. "O projeto é importantíssimo e quero que vote ainda neste ano", afirmou em entrevista ao podcast Flow.

"O devedor contumaz é gente que fica milionária só sonogando (impostos)", criticou Alckmin. "O modelo de negó-

cio é baseado no crime."

Após pressão do governo, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), escolheu na quinta-feira o deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP) para ser o relator do projeto do devedor contumaz na Casa.

Motta travou o projeto por mais de dois meses na Casa, sem designar um relator.

O texto do devedor contumaz define punições para empresas que sonegam impostos de forma intencional e reiterada e teve urgência aprovada na Câmara no final de outubro.

QUARTO TRIMESTRE

Comércio global recua na 2ª metade do ano e deve ter ritmo menos intenso

PEDRO LIMA/AE

A Organização Mundial do Comércio (OMC) salientou nesta sexta-feira, que o crescimento do comércio global de bens "parece ter desacelerado" na segunda metade de 2025, após o salto observado nos primeiros meses do ano com o adiantamento de importações diante de possíveis tarifas mais altas e a maior demanda por produtos ligados à inteligência artificial (IA).

Segundo a entidade, os sinais mais recentes do Barômetro do Comércio de Bens (GTB, na sigla em inglês), indicador que acompanha em tempo real as tendências do comércio mundial, apontam para um avanço mais moderado no fim do ano.

O indicador caiu para 101,8

em setembro, de 103,5 em junho, permanecendo acima da linha de base de 100, usada para indicar tendência. A OMC destaca que o barômetro, que "tipicamente prevê os desdobramentos do comércio dois a três meses à frente", sugere que o volume de trocas globais deve continuar crescendo, mas em ritmo menos intenso no quarto trimestre.

A instituição reforça que o barômetro é um indicador antecedente composto, em que valores acima de 100 apontam para volumes acima da tendência. No entanto, entre seus componentes, apenas o índice de matérias-primas agrícolas ficou abaixo desse patamar, em 98,0, indicando contração desde o início do ano.

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL

SPE PIOLIM Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ nº 53.804.768/0001-84, torna público que recebeu da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo EIS-PRO-2022/07855.06 a Licença Municipal Prévia e de Instalação - EIS-LPI-2025/00070, para Construção de Grupamento Residencial Multifamiliar, sito à Rua Piolim, s /nº, Lote 02 do PAL 44910 - Jacarepaguá/RJ.

Santa Clara Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.538.866/0001-56

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)		
Ativo	2023	2022		2023	2022		Capital	Prejuízos Total do patri-social acumulados mônio líquido
Caixa e equivalentes de caixa	306	-	Despesas operacionais			Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.000	(1.000)
Total do ativo circulante	306	-	Gerais e administrativas	(10.194)	-	Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	(1.000)
Total do ativo	306	-		(10.194)	-	Aumento capital – capitalização do AFAC	10.500	-
Passivo	2023	2022	Prejuízo antes do resultado financeiro	(10.194)	-	Prejuízo do exercício	-	(10.194)
Patrimônio Líquido			Prejuízo do exercício	(10.194)	-	Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.500	(11.194)
Capital social	11.500	1.000						306
Prejuízo acumulado	(11.194)	(1.000)						
Total do patrimônio líquido	306	-						
Total do passivo e Patrimônio líquido	306	-						

Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia.

VIOLÊNCIA

Duas funcionárias do Cefet são mortas a tiros por colega

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Duas funcionárias do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) Celso Suckow da Fonseca foram mortas a tiros por um funcionário da instituição de ensino. A professora com graduação no exterior, Allane de Souza Pedrotti Matos, chegou sem vida ao Hospital Municipal Souza Aguiar, na região central da cidade. Já a psicóloga Layse Costa Pinheiro chegou em estado gravíssimo à unidade de saú-

de e não resistiu, segundo a Secretária Municipal de Saúde. As duas servidoras foram atingidas por tiros na cabeça disparados por João Antônio Miranda Tello Ramos. De acordo com a Polícia Militar, o funcionário também se matou com um tiro na cabeça dentro do Cefet. O Corpo de Bombeiros informou que chegou à unidade de ensino às 15h50 e socorreu as duas funcionárias. O Cefet decretou luto oficial de cinco dias pela morte das duas funcionárias de carreira.

"A direção-geral do Cefet/RJ lamenta profundamente essa tragédia que chocou a comunidade acadêmica e decreta luto oficial por cinco dias na instituição a partir da próxima segunda-feira (1º)". Em nota, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) manifestou profundo pesar pelas mortes das servidoras. "A violência, sobretudo em um ambiente dedicado à educação, fere não apenas as vítimas e seus(suas) familiares, mas tam-

bém toda a comunidade acadêmica. Reafirmamos que instituições de ensino devem ser espaços de paz, aprendizado, convivência, solidariedade e respeito. O IFRJ expressa sua irrestrita solidariedade aos(às) servidores(as), estudantes, colegas e familiares da comunidade do Cefet-RJ. Que encontrem, neste momento tão doloroso, conforto, acolhimento e a certeza de que não estão sozinhos (as)", diz. O crime será investigado pela Delegacia de Homicídios da Capital.

MATANÇA

Cinco PMs são presos suspeitos de cometer crimes em megaoperação

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Corregedoria da Polícia Militar prendeu cinco policiais militares do Batalhão de Choque suspeitos de cometerem crimes durante a megaoperação nos complexos da Penha e do Alemão contra o Comando Vermelho, em 28 de outubro. Os agentes cumprem ainda 10 mandados de busca e apreensão. Ao todo, dez policiais militares do Batalhão de Choque são alvos da operação. De acordo com a PM, a operação é resultado da análise das câ-

meras corporais utilizadas pelos policiais durante a operação que deixou 121 mortos nos Complexos da Penha e do Alemão. As investigações estão sob responsabilidade da 1ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM), que identificou indícios de cometimento de crimes militares no decorrer do serviço. "O comando da corporação reitera que não compactua com possíveis desvios de conduta ou cometimento de crimes praticados por seus entes, punindo com rigor os envolvidos quando

constatados os fatos", diz a Polícia Militar. **FURTO DE FUZIL** A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj (CDDHC), presidida pela deputada Dani Monteiro, acompanha a operação. Em nota, a Comissão afirma que um dos crimes seria o furto de fuzil para revender a traficantes. "Os indícios revelados pelas câmeras corporais, incluindo o furto de um fuzil possivelmente destinado à revenda para crimi-

nosos, segundo as investigações, apenas confirmam o que a CDDHC alertava desde aquela manhã sangrenta: além do número inaceitável de mortes, a operação foi marcada por graves violações e por práticas incompatíveis com qualquer política de segurança pública responsável." "É preocupante o fato de que mais da metade das câmeras corporais das unidades envolvidas não estava funcionando naquele dia, o que cria lacunas graves na transparência e dificulta o controle externo da atividade policial."

iFood

Entregadores protestam contra modalidade nova de trabalho

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Um grupo de entregadores por aplicativo protestou nesta sexta-feira contra uma modalidade nova de trabalho do iFood. Eles se reuniram na Cinelândia, região central do Rio de Janeiro, para pedir que a empresa reconsidere o sistema chamado de +Entregas, que prevê ao profissional agendar o horário de trabalho em uma região específica da cidade. Segundo os manifestantes, o novo modelo engessa a jornada dos entregadores, causa desordem no mapa das entregas, provoca conflitos entre os próprios trabalhadores e diminui o valor das corridas. "Uma das reivindicações dos trabalhadores há um tempo é o aumento da taxa mínima paga pelo iFood de sete para dez reais. Tudo aumentou: gasolina, manutenção das bicicletas e motos. E o lucro do iFood só aumenta a cada ano. Nessa nova modalidade, as taxas podem cair para R\$ 3,30", diz Alexandre Moizinho, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos. "Além disso, você precisa agendar o horário de entregas, o que tira a autonomia do entregador em relação ao próprio tempo, e ele fica obrigado a permanecer em um território esperando a corrida acontecer", complementa. Segundo o iFood, no sistema +Entregas o entregador agenda um período de três horas de trabalho em uma região específica

da cidade. Ele recebe um valor fixo por hora disponível e um adicional por cada entrega concluída. Nessa modalidade, o entregador pode ter, no máximo, duas rotas canceladas ou rejeitadas no período agendado. A plataforma argumenta que isso permite que o trabalhador aumente as chances de receber pedidos naquela área, otimize rotas e tenha mais controle sobre a jornada de trabalho. Diz ainda que os ganhos são acima da média e o entregador tem prioridade em receber pedidos em relação aos outros que não participam do "+Entregas".

RELAÇÕES DE TRABALHO

No protesto, os entregadores também criticaram o modelo de operador logístico (OL) usado pelo iFood durante um tempo e a migração para o modelo de franquia de serviço logístico. No OL, os entregadores estão subordinados a uma terceirizada. Ela atua como intermediária, e controla os pagamentos e a rotina de trabalho por regiões. Os profissionais trabalham por meio de contratos como microempreendedores individuais (MEI). A outra opção é o trabalho independente, chamado de "nuvem", quando o profissional se cadastra no iFood e define por conta própria os horários, a região e os pedidos. "A verdade é que existia uma certa coação da plataforma para os trabalhadores entrarem para

uma operadora logística. Se você quisesse trabalhar por conta própria, era impossibilitado, porque o seu aplicativo quase não tocava. Na operadora logística, você tinha que agendar horários de trabalho. Tinha cobrança se trabalhasse naquele dia, se atrasasse, se recusasse corrida. Uma forma do iFood se isentar das responsabilidades, porque a operadora logística cuidava dessa relação com o entregador. E o iFood foge dos processos trabalhistas", diz Alexandre Moizinho. Em nota enviada à Agência Brasil, o iFood disse que não opera mais com o modelo de OL. E que usa agora o EntreGô, uma franqueadora de serviços logísticos do próprio grupo empresarial. O objetivo declarado é o de oferecer "entregas seguras, com uma gestão padronizada e de maior qualidade". E que o modelo teria surgido de "uma demanda dos próprios entregadores". Para entrar no novo modelo de franquia, os entregadores precisam abrir um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e se vincular à EntreGô como MEI. O entregador Bruno de Souza, de 37 anos, trabalha com entregas pelo iFood há mais de quatro anos, e critica as modalidades de trabalho por OL e franquia. "Quem trabalha de forma independente, o aplicativo disponibiliza menos entregas. As que aparecem normalmente são mais longas. Isso tudo é feito para para obrigar você a entrar para essas

outras modalidades. Como as OLs receberam muito processo, o iFood arrumou essa outra forma de tentar forjar a relação trabalhista com os entregadores", diz Bruno. "É uma relação sem benefício algum. Eu mesmo agora estou com uma hérnia de disco, muitas dores no pé e perdi muita mobilidade. Nos últimos dias, não consigo trabalhar. E não tenho assistência, não posso acessar o INSS. É um relação de trabalho precarizada", complementa.

NOTA

O iFood disse, em nota, respeitar o direito à manifestação pacífica e à livre expressão dos entregadores e entregadoras. Segundo a empresa, o +Entregas é uma alternativa para os entregadores deixarem de receber exclusivamente por pedido e escolherem ganhar um valor pelo período trabalhado, com rotas mais curtas e concentradas nas regiões escolhidas. A empresa diz que "a melhor forma de tentar comparar se o entregador ganhou mais ou menos" no modelo +Entregas é analisando os períodos. A implementação está sendo gradual em diferentes regiões do país e a adesão é opcional. O iFood finaliza a nota dizendo que monitora "os resultados e análises para garantir que o modelo continue competitivo, eficiente e vantajoso para todos, além de continuar ouvindo dúvidas e sugestões".

DESCASO

Pacientes podem ficar sem diálise por culpa da Unimed Ferj

POR ANDREZA DE OLIVEIRA

Paciente renal há 16 anos e beneficiária da Unimed Ferj, Giselle Sekiguchi, de 47 anos, teme ter de interromper as sessões de diálise que realiza em uma clínica no Rio de Janeiro. O estabelecimento informou que, no próximo dia 9, deixará de atender 45 pacientes da operadora por falta de repasses. "É desesperador porque a diálise é essencial para nossa sobrevivência e já é, por si só, um desgaste físico e emocional enorme. Com essa incerteza, tudo se torna ainda mais difícil", relata Giselle. Localizada no Engenho de Dentro, na zona norte do Rio, a Clínica Gamen afirma que a dívida da Unimed Ferj pela prestação dos atendimentos já chega a R\$ 600 mil.

INTERRUPÇÃO

As sessões de diálise na clínica acontecem, em média, três vezes por semana e duram cerca de quatro horas. O tratamento é indicado para pacientes que não têm função renal adequada, como nos casos de insuficiência renal aguda ou crônica, e que precisam de apoio mecânico para filtragem do sangue. De acordo com Guilherme Fonseca Mendes, nefrologista e diretor da Gamen, pacientes com insuficiência renal crônica ou avançada costumam apresentar sintomas como fraqueza, náusea e vômitos, perda de peso, sonolência e confusão mental, e a diálise surge como uma ponte para o transplante. Ele afirma que não realizar o tratamento pode ser fatal, principalmente para aqueles que precisam de sessões com mais frequência. "Múltiplas foram as tentativas de contato com a Unimed, tanto para cobrança quanto para negociação de valores, mas não obtivemos resposta", diz. Ele também afirma nunca ter recebido retorno da Unimed do Brasil, responsável pela assistência de beneficiários da Unimed Ferj após acordo com a

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O Estado procurou a Unimed do Brasil para entender se a operadora foi notificada sobre o problema da clínica carioca e se possui algum plano de ação para o caso. Também questionou se a operadora nacional de fato assumiu os cuidados com os beneficiários da Unimed Ferj, mas não obteve retorno. O espaço segue aberto para manifestação. "Não temos como manter a assistência, infelizmente. Alguns pacientes estão conosco há mais de 20 anos, mas a dívida está insustentável", afirma Mendes. Para Leonardo Barberes, médico nefrologista e vice-presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT), a situação gerada pela Unimed Ferj estranhou os serviços. "No fim, quem pagará a conta imediata são os pacientes e profissionais de saúde."

CRISE DA UNIMED FERJ

Esta não é a primeira vez que pacientes da Unimed Ferj encaram dificuldades por falta de repasses. A operadora enfrenta uma crise financeira que tem deixado diversos beneficiários sem atendimento adequado, incluindo interrupção de quimioterapias, falta de medicamentos e descredenciamento de clínicas especializadas no atendimento a crianças com deficiência. Em setembro deste ano, a ANS chegou a adotar medidas emergenciais, como a aplicação de multa de R\$ 1 milhão, para tentar normalizar a situação. Mais recentemente, a agência anunciou que a Unimed do Brasil assumiria integralmente a assistência aos beneficiários da Unimed Ferj a partir de 20 de novembro. Segundo a operadora carioca, todas as condições contratuais permaneceriam em vigor. A Unimed Ferj é a sexta maior operadora do Estado do Rio e tem beneficiários em todo o País. Segundo a ANS, são cerca de 396 mil usuários no Brasil.

ARCOS DA LAPA

Ação no Rio lembra Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS) realizou nesta sexta-feira, em parceria com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio), ação para marcar o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito, em frente aos Arcos da Lapa, no centro da cidade. Celebrada no dia 16 de novembro, a data foi instituída em 1995 pela Organização das Nações Unidas (ONU), para oferecer apoio a vítimas de acidentes em ruas e estradas e conscientizar a população sobre a segurança viária, além de homenagear os mortos, seus familiares e os profissionais de emergência que se dedicam ao trabalho de socorro. Este ano, a campanha tem como tema "Talentos perdidos". Segundo a prefeitura do Rio, a escolha da frase faz menção ao fato de acidentes de trânsito serem a principal causa de morte entre crianças e jovens em todo o mundo, o que significa uma perda precoce para a sociedade. Somente este ano, até outubro, 640 pessoas morreram em acidentes nas vias e rodovias da capital fluminense como atropelamentos e colisões. A maior parte das mortes (234), segundo dados do Instituto de Segurança

Pública (ISP), ocorreu na zona norte. A zona oeste aparece na sequência, com 182 casos. Há mais de uma década, as duas áreas concentram os maiores volumes de homicídios culposos de trânsito no município. "Até o momento, a quantidade de mortes já é a sexta maior da série histórica, iniciada em 2008. No ano passado, de janeiro a dezembro, foram 723 mortes", diz a SMS. "Dessas 640 pessoas que morreram por acidentes de trânsito, 68% envolveram motociclistas. A maioria dos acidentes com mortes envolve motos. Este ano, 47 mil pessoas foram atendidas nas unidades de saúde vítimas de acidentes de trânsito", disse o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz. Segundo ele, as principais causas são excesso de velocidade, ultrapassagem de sinal vermelho e falar ao telefone. "O carioca precisa ter consciência em relação ao trânsito pois uma atitude imprudente pode tirar uma vida, gerar internação hospitalar ou uma sequência permanente". De acordo com Soranz, o impacto é enorme na rede municipal de saúde, com 6 mil profissionais que trabalham diariamente dedicados ao cuidado com as vítimas de acidentes de trânsito, com salas de politraumalotadas.

Nota

SECRETARIA ANUNCIA NOVAS PARCERIAS E AVANÇOS ESTRATÉGICOS NA AGENDA DE ENERGIA LIMPA

A Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar (Seenemar) anunciou esta semana, no NeoVerde Vision – Seminário de Energias Limpas, novas parcerias e avanços estratégicos na agenda de energia renovável do Rio de Janeiro. O evento, realizado no Campo Olímpico de Golfe, na Barra da Tijuca, reuniu representantes do setor público, especialistas, pesquisadores, empresas e lideranças da cadeia

energética para debater os principais caminhos da transição energética brasileira e o papel central do Estado do Rio de Janeiro nesse processo. O secretário de Estado de Energia e Economia do Mar, Cássio Coelho, anunciou, na abertura do evento, o avanço de um Projeto de Lei destinado a isentar o ICMS para energia fotovoltaica. Também lançou o mapa das Energias Limpas, que atualiza e consolida as principais oportunidades do segmento no território fluminense, orientando investimentos, apoiando políticas públicas e aproximando a sociedade do planejamento energético.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

1º Domingo do Advento

“Porque na hora em que menos pensais,
o Filho do Homem virá” (Mt 24,44)

Celebramos neste domingo o primeiro do Tempo do Advento e, com essa celebração, iniciamos um novo ano litúrgico. Para a Igreja, diferentemente do mundo civil, o ano termina na semana da Solenidade de Jesus Cristo, Rei do Universo, último domingo do Tempo Comum, e o novo ano inicia com as primeiras vésperas da celebração do 1º Domingo do Advento.

Os anos litúrgicos são divididos em A, B e C, e em cada ano acompanhamos um evangelista sinótico: Mateus, Marcos ou Lucas. Durante o ano litúrgico que se inicia neste final de semana, acompanharemos com mais frequência o Evangelho de Mateus.

O Tempo do Advento é marcado pela vigilância e oração, e é um tempo em que devemos preparar o nosso coração para a chegada do Messias. A cor litúrgica predominante durante esse tempo é o roxo, motivando os fiéis à prática da penitência, vigilância e acolhida do Divino Infante.

Um dos símbolos deste tempo é a Coroa do Advento. A cada domingo acendemos uma vela da coroa. As velas podem ser três roxas e uma rosa. À medida que acendemos as velas, significa que a luz vai vencendo as trevas e que o Messias, aquele que ilumina as nossas vidas, está para chegar. Devemos manter as velas acesas para irmos ao encontro do Senhor — sobretudo a vela do nosso coração.

Durante o Tempo do Advento, omite-se o cântico do Glória, que retorna na Noite de Natal com grande alegria e entusiasmo, devido à chegada do Messias. Ao longo do Advento, os cânticos devem ser mais suaves retomando a solenidade na noite de Natal. Alguns personagens bíblicos são marcantes durante esse tempo: João Batista, Isaías, Maria, José e Izabel. Esses personagens nos ajudarão a rezar e a nos preparar para a chegada do Messias. Em resumo, o Advento é um período de vigilância, oração e penitência; preparemos o nosso coração e a nossa casa para a chegada do Senhor.

A primeira leitura da Missa deste domingo é do livro do profeta Isaías (Is 2,1-5). Isaías foi um grande profeta do Antigo Testamento. Ele viveu no contexto do pós-exílio da Babilônia, quando o povo de Israel tinha acabado de regressar. Sua missão era devolver a alegria ao povo e ajudá-lo a continuar acreditando no Senhor da vida.

Isaías era filho de Amós e, já na leitura deste domingo, tem uma visão do que acontecerá nos últimos tempos a Judá e Jerusalém. Todos os povos acorrerão ao monte onde está o Templo do Senhor. Do alto do monte, Ele julgará todas as nações da terra e conduzirá à luz aqueles que praticaram a justiça. O monte é o lugar do encontro com o Senhor e o local de onde Ele transmite o seu ensinamento. Durante este Tempo do Advento, subamos ao monte do Senhor e escutemos o que Ele tem a nos falar; trilhemos o caminho da justiça e da paz.

O salmo responsorial é o 121 (122), que nos diz em seu refrão: “Que alegria quando ouvi que me disseram: ‘Vamos à casa do Senhor!’” Esse refrão retoma aquilo que o profeta Isaías já anunciava na primeira leitura: subamos ao monte para escutar o que o Senhor tem a nos dizer. Devemos ir com alegria ao encontro do Senhor; por isso, precisamos estar em constante vigilância e oração, e com a nossa confissão em dia, para estarmos prontos a nos encontrar com Ele.

A segunda leitura da Missa deste domingo é da Carta de São Paulo aos Romanos (Rm 13,11-14a). Paulo convida a comunidade dos romanos — e a nós hoje — a estarmos em constante vigilância e oração, pois o dia da salvação se aproxima. Cuidemos, durante este período, do nosso corpo, evitando orgias e bebedeiras. Que possamos nos revestir de Jesus Cristo e cuidar do nosso corpo, que é templo santo do Senhor. Preparemos o nosso coração para acolher o Senhor que virá na noite de Natal.

O Evangelho deste domingo é de Mateus (Mt 24,37-44). O trecho pertence ao final do Evangelho de Mateus, no qual Jesus fala sobre o que acontecerá no fim dos tempos. Nessas duas primeiras semanas do Advento (até o dia 16 de dezembro), o Evangelho retratará mais a segunda vinda de Cristo; na última semana, abordará mais o nascimento do Menino Deus (semana de preparação próxima). O Advento, além de nos preparar para o Natal, nos prepara para a segunda vinda de Cristo. Jesus veio, vem e virá. Nós recordamos um fato acontecido enquanto aguardamos a sua vinda gloriosa, porém, enquanto isso Ele deve nascer no nosso coração, na nossa casa e na nossa família.

A cada Missa, após a oração do Pai-Nosso, o padre e toda a Igreja rezam: “enquanto, vivendo a esperança, aguardamos a vinda do Cristo Salvador”. Por isso, é necessário estar em constante vigilância e oração, pois não sabemos o dia nem a hora em que o Senhor virá. A nossa vida aqui na terra também é passageira; temos que estar preparados para quando o Senhor nos chamar para nos encontrarmos com Ele. Por isso, busquemos trilhar uma vida reta e santa, para sermos dignos da vida eterna.

Celebremos com alegria este primeiro Domingo do Advento e aguardemos o Senhor que virá. Se possível, realize a sua confissão sacramental e busque celebrar de maneira pura o Natal do Senhor. Dediquemos a nossa vida a Ele e trilhemos um caminho de santidade, para estarmos prontos quando Ele nos chamar. Iluminemos a nossa vida com a vela do amor de Cristo. Que o Espírito Santo nos ajude nessa missão.

CONDENAÇÃO

Defesa de Bolsonaro entra com novo recurso no STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (foto) apresentou nesta sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) um novo recurso contra a condenação a 27 anos e três meses na ação penal da trama golpista. O ex-presidente está preso em uma sala localizada na Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília.

Os advogados protocolaram os chamados embargos infringentes para tentar derrubar a decisão do ministro Alexandre de Moraes. Na terça-feira passada, o ministro já negou outro recurso da defesa, os embargos de declaração, e determinou a execução da condenação de Bolsonaro e mais seis réus do núcleo 1 da trama golpista.

Para a defesa, a decisão do ministro, que foi referendada pela Primeira Turma, deve ser considerada como "erro judiciário" e precisa ser revista.

"Dada a máxima vênia, não cabe afirmar protelatório recurso que sequer havia sido proposto. Aliás, sem tomar conhecimento de suas razões, causa espécie tenha sido maculado de protelatório", afirmou a defesa.

Pelo entendimento da defesa, deve prevalecer no julgamento



ANTÔNIO AUGUSTO/STF

o voto divergente do ministro Luiz Fux, que absolveu Bolsonaro pela participação na trama golpista.

"E justamente e virtude da ausência dos pressupostos típicos para a caracterização do delito de pertencimento à organização criminosa, o voto divergente de lavra do eminente ministro Luiz Fux foi preciso ao absolver o embargante [Bolsonaro]", comple-

taram os advogados.

JURISPRUDÊNCIA

Moraes determinou a execução das penas após entender que Bolsonaro e dos demais réus não têm mais direito a recorrer das condenações.

O ministro citou a jurisprudência da Corte e disse que o ex-presidente não tem direito aos embargos infringentes.

SANGUE

SUS ampliará em 30% capacidade de armazenamento de plasma

LUIZ CLÁUDIO
FERREIRA/ABRASIL

O Sistema Único de Saúde (SUS) vai ampliar em 30% o aproveitamento do plasma sanguíneo, conforme anunciou, nesta sexta-feira, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, no Hemorio, no Rio de Janeiro. Isso se tornou possível com a compra de 604 equipamentos de alta tecnologia pelo governo. Os materiais começaram a chegar e serão instalados até o primeiro trimestre do ano que vem.

Padilha disse que essa aquisição vai gerar economia de R\$ 260 milhões por ano com a redução da necessidade de importação de medicamentos. O ministro argumentou que o Brasil não produzia os fatores que derivam do plasma e a necessidade de importação gera

insegurança para quem tem doenças que dependem de hemoderivados.

MEDICAMENTOS

O plasma é a parte líquida do sangue e se transforma em medicamentos essenciais para o cuidado de pacientes com hemofilia, doenças imunológicas, outras condições de saúde e também para cirurgias de grande porte.

"Cada vez mais, as imunoglobulinas são utilizadas não só para doenças infecciosas, mas para outros tipos de doenças também, as imunoglobulinas hiperimunes", disse o ministro em nota divulgada pelo governo federal.

Para a produção, o investimento foi de R\$ 116 milhões do Novo PAC Saúde. Segundo estima o Ministério da Saúde, a

iniciativa vai beneficiar 125 serviços de hemoterapia em 22 estados.

500 MIL LITROS

Os materiais são blast-freezers, de congelamento ultra-rápido (tecnologia avançada com a qual a rede pública ainda não contava); ultrafreezers, de congelamento rápido; e freezers.

Inclusive, ainda segundo o governo, isso significa que, com a ampliação da oferta, a nova fábrica da Hemobrás, inaugurada neste ano, poderá atingir plena capacidade de produção de medicamentos estratégicos para o SUS, com o processamento de até 500 mil litros de plasma por ano.

O Ministério da Saúde acrescentou que a disponibilização de plasma pelas unidades da rede pública aumentou 288% nos últimos três anos. O estoque

passou de 62,3 mil litros para 242,1 mil litros.

No evento de anúncio, o ministro ressaltou que a Hemobrás, criada pelo governo brasileiro, é, atualmente, a maior fábrica de hemoderivados da América Latina.

DOAÇÃO

O anúncio da ampliação da capacidade de armazenamento de plasma ocorre na semana nacional do doador de sangue. No país, em 2024, mais de 3,3 milhões de bolsas foram coletadas, o que representa 1,6% da população brasileira.

Atualmente, apenas 13% do plasma coletado no país por meio de doações voluntárias é utilizado em transfusões, o que significa que 87% ainda podem ser destinados à produção de hemoderivados.

STF

Gilmar Mendes vota por Justiça gratuita para quem ganha até R\$ 5 mil

BRUNA ROCHA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, votou nesta sexta-feira, para que pessoas que recebem até R\$ 5 mil tenham direito à isenção de custas processuais de forma presumida em qualquer ramo da Justiça. Segundo o voto, quem receba acima desse valor precisará comprovar insuficiência de recursos para ter acesso ao benefício.

O julgamento virtual sobre a possibilidade de não pagar taxas na Justiça do Trabalho começou às 11h, com o voto de Gilmar Mendes. Pouco depois, o ministro Cristiano Zanin pediu vista e a sessão foi suspensa.

Em junho, o ministro e relator Edson Fachin já havia defendido que, na Justiça do Trabalho, a própria declaração de insuficiência de recursos é suficiente para conseguir a isenção

das custas processuais, mas Gilmar Mendes propôs ampliar a discussão para todos os ramos da Justiça. Ele também ressaltou que a medida só seria aplicada após decisão definitiva do STF.

Gilmar explicou que sua proposta é provisória, válida até que o Legislativo estabeleça regras mais claras sobre quem tem direito à Justiça gratuita.

A proposta dialoga com a Lei 15.7270/2025, sancionada recentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil.

No voto, Gilmar Mendes afirmou que esse valor também deve servir como referência para determinar automaticamente quem pode ter Justiça gratuita. Ele acrescentou que, futuramente, quando o governo atualizar a tabela do IR, o limite deve ser ajustado. Contudo, caso não haja atualização, o valor será

corrigido pela inflação (IPCA).

O ministro ressaltou ainda que, atualmente, pessoas em situações econômicas semelhantes recebem tratamentos diferentes dependendo do ramo do Judiciário. Na Justiça do Trabalho, quem ganha até 40% do teto da Previdência já tem direito à gratuidade; quem ganha mais precisa comprovar insuficiência de recursos. Nos demais ramos da Justiça, basta a autodeclaração de pobreza.

Segundo Gilmar Mendes, adotar critérios diferentes é injusto, porque privilegia alguns litigantes e impõe custos desnecessários a outros. Por isso, ele propôs aplicar os mesmos parâmetros para todos os ramos do Judiciário até que o Legislativo defina regras claras.

O ministro também explicou que a regra da Justiça do Trabalho, vigente desde a reforma de 2017, já não corresponde à reali-

dade atual. Na época, 40% do teto da Previdência equivalia à cerca de R\$ 2,2 mil. Hoje, com a elevação do salário mínimo e do teto previdenciário, o valor chega a aproximadamente R\$ 3,3 mil, o que, segundo o magistrado, altera a relação entre renda e presunção de insuficiência.

Para corrigir essa defasagem, Gilmar sugeriu adotar os parâmetros da nova lei do Imposto de Renda, que refletem a renda que o Estado considera suficiente para isentar o pagamento de custas. Ele também destacou que pessoas assistidas pela Defensoria Pública já têm presunção de insuficiência de recursos, pois os critérios do órgão são ainda mais rigorosos.

Por fim, o ministro advertiu que, caso seu voto prevaleça, as teses atuais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o tema serão substituídas.

CRIME QUE COMPENSA

Justiça manda soltar Vorcaro e mais quatro sócios do Master

ANDRE RICHTER/ABRASIL

A Justiça Federal em Brasília mandou soltar nesta sexta-feira o banqueiro Daniel Vorcaro e mais quatro sócios do Banco Master. O habeas corpus foi concedido pela desembargadora Solange Salgado da Silva, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. Com a decisão, Vorcaro e os

sócios Augusto Ferreira Lima, Luiz Antonio Bull, Alberto Feliz de Oliveira e Angelo Antonio Ribeiro da Silva deverão usar tornozeleira eletrônica e estão proibidos de exercer atividades no setor financeiro, de ter contato com outros investigados e de sair do país. Vorcaro foi preso pela Polícia Federal (PF) no dia 17 deste mês enquanto tentava embarcar para o exterior em seu jatinho particular no Aeroporto de Guarulhos. Atualmente, ele está detido no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Guarulhos (SP). O banqueiro e outros sócios do banco foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela PF para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal. De acordo com as in-

vestigações, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões. Após a prisão, os advogados de Daniel Vorcaro negaram que o banqueiro tentou fugir do país e sustentou que ele sempre se colocou à disposição para contribuir com a apuração dos fatos. O BRB informou que vai contratar uma auditoria externa para apurar os fatos. O banco também que vai apurar possíveis falhas de governança ou dos controles internos.

ção das políticas públicas de segurança e justiça", diz o documento. O governo afirma que, em 2025, as receitas vindas de bens apreendidos somaram aproximadamente R\$ 367,48 milhões, e que a retirada ou redistribuição desses valores reduziria a capacidade operacional e financeira dos órgãos e fundos, "afetando diretamente a execução de políticas públicas". O secretário de Assuntos Legislativos do MJSP, Marivaldo Pereira, afirmou ao Estadão que o governo "não vai admitir" a retirada de competência ou de recursos da PF e que vai "lutar até o fim" para derrubar o que chamou de obstáculos criados por Derrite a medidas para descapitalização das organizações criminosas e o bloqueio de patrimônio de criminosos Pereira mudou o discurso da semana passada logo após a aprovação no plenário da Câmara, quando ele declarou que a aposta do Palácio do Planalto era salvar o projeto original no Senado: "Nunca há da parte do Executivo apego à aprovação do texto original. Estamos agora tentando salvar o sistema existente e evitar caos jurídico que a proposta, tal como está, vai criar no sistema de persecução penal, de combate a organizações criminosas. É possível ter outra proposta, mas precisa respeitar o sistema existente. Não fazemos questão de que seja o texto do governo", afirmou.

LAMBANÇA DA CÂMARA

MJ faz quase 60 sugestões ao Senado para corrigir PL Antifacção

GUILHERME CAETANO/AE

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) enviou ao senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator do Projeto de Lei Antifacção no Senado, um documento com 58 sugestões de correção no texto aprovado na Câmara, de autoria de Guilherme Derrite (PP-SP), deputado licenciado e secretário de Segurança Pública de São Paulo. O senador havia solicitado aos envolvidos na discussão documentos que pudessem embasar o seu relatório sobre o projeto. Vieira, considerado um parlamentar equidistante do governo e da oposição bolsonarista, deve terminar o parecer até a próxima semana. O documento de 35 páginas do MJSP faz uma série de equiparações entre o texto de Derrite e o projeto original, elaborado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do ministério, e aponta alguns aspectos que considera problemáticos na versão que Vieira recebeu da Câmara. O MJ critica, sobretudo, o que vem chamando de "caos jurídico" que pode ser criado a partir de uma eventual aprovação do projeto de Derrite. Isso porque o texto aprovado cria um arcabouço do zero, o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado, com uma nova tipificação; enquanto o projeto do governo apostava em atualizar legislações já existentes, como a Lei das Organizações Criminosas e o Código Penal. "Criar um outro diploma para tratar paralelamente de 'organizações criminosas ultraviolentas', ao invés de fortalecer o combate ao crime organizado, poderá criar um conflito de normas e interpretações. O novo marco legal apresenta definição confusa do que seria essa 'organização criminosa ultraviolenta'. No mesmo dispositivo, ainda apresenta o conceito de facção criminosa, sem correlação com a definição prevista no art. 2º da legislação atual", diz o documento. O governo também argumenta que o projeto atual pode, na sua visão, criminalizar movimentos sociais e manifestantes. O trecho em questão diz que "restringir, limitar, obstaculizar ou dificultar a livre circulação de pessoas, bens e serviços, públicos ou privados" passa a constituir crime. "Malgrado as boas intenções, pode permitir a criminalização de ações políticas e sociais não-delitivas em sua origem, como movimentos meramente reivindicatórios de direitos", diz o MJ. Em seguida, sugere a inclusão de um inciso para proteger civis inocentes: "O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria". A questão da redivisão de recursos apreendidos do crime - o calcanhar de Aquiles do texto de Derrite, que levaria a uma desca-

pitalização da verba da Polícia Federal - também recebeu sugestões do governo federal. Enquanto Derrite sugere o rasteio em partes iguais entre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e os Fundos de Segurança Pública dos respectivos Estados ou do Distrito Federal dos valores apreendidos em caso de atuação conjunta entre a PF e as forças de segurança pública estaduais ou distritais, o MJ alega que a medida viola as vinculações legais e constitucionais já estabelecidas. O governo diz que, atualmente, os bens e valores do tráfico de drogas devem ser destinados ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad); bens e valores de crimes cometidos por milícias devem ser direcionados ao FNSP; bens e valores obtidos nos crimes de lavagem de dinheiro vão para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol); e os bens e valores decorrentes das multas, recursos confiscados e alienados em favor da União dos crimes em geral vão para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). "Descapitalizar os fundos federais, no final das contas, é descapitalizar a PF, a Polícia Rodoviária Federal e Polícia Penal Federal, bem como as ações destas polícias no combate ao crime organizado. As receitas de perdimento de bens representam fonte vital de recursos para a execução das políticas públicas de segurança e justiça", diz o documento. O governo afirma que, em 2025, as receitas vindas de bens apreendidos somaram aproximadamente R\$ 367,48 milhões, e que a retirada ou redistribuição desses valores reduziria a capacidade operacional e financeira dos órgãos e fundos, "afetando diretamente a execução de políticas públicas". O secretário de Assuntos Legislativos do MJSP, Marivaldo Pereira, afirmou ao Estadão que o governo "não vai admitir" a retirada de competência ou de recursos da PF e que vai "lutar até o fim" para derrubar o que chamou de obstáculos criados por Derrite a medidas para descapitalização das organizações criminosas e o bloqueio de patrimônio de criminosos Pereira mudou o discurso da semana passada logo após a aprovação no plenário da Câmara, quando ele declarou que a aposta do Palácio do Planalto era salvar o projeto original no Senado: "Nunca há da parte do Executivo apego à aprovação do texto original. Estamos agora tentando salvar o sistema existente e evitar caos jurídico que a proposta, tal como está, vai criar no sistema de persecução penal, de combate a organizações criminosas. É possível ter outra proposta, mas precisa respeitar o sistema existente. Não fazemos questão de que seja o texto do governo", afirmou.

CRIME AMBIENTAL

MP pede que Justiça suspenda corte de árvores na zona oeste de São Paulo

MALU MÔES/AE

O Ministério Público de São Paulo defendeu a interrupção da derrubada das árvores na Avenida Guilherme Dumont Villares, na Vila Sônia, zona oeste da capital. Como mostrou o Estadão, a Prefeitura autorizou o corte de 384 árvores, incluindo 128 nativas, pela construtora Tenda no local. A retirada começou na quarta-feira passada. A Tenda afirma que o empreendimento foi devidamente aprovado pelo Município. Já a Prefeitura informa que as medidas compensatórias estão de acordo com a Lei do Licenciamento Ambiental. "A gestão segue trabalhando pela preservação e equilíbrio ambiental, com responsabilidade e com análise técnica rigorosa", afirma. Para o promotor Marcelo Ferreira de Souza Netto, no entanto, "o processo tramitou sem possibilidade de consulta pública". Documentos do laudo ambiental do terreno, por exemplo, foram mantidos em sigilo, sem acesso à população. "É possível que o ato administrativo que autorizou a supressão de 384 árvores seja ilegal e prejudicial ao meio ambiente, o que autoriza a concessão da pretendida liminar em nome do princípio da precaução ambiental. Isto porque, caso não seja suspenso, em pouco tempo, o conjunto arbóreo objeto terá sido removido, restando impossível sua reconstituição", afirma Souza Netto na recomendação enviada ao Tribunal de Justiça de São Paulo. O Ministério Público atendeu ao pedido de uma ação popular protocolada por parlamentares do PSOL - a deputada federal Luciene Cavalcanti, o deputado estadual Carlos Giannazi e o vereador Celso Gianazzi. "A função do Poder Público é zelar pela integridade dos ecossistemas, garantir o uso sustentável e impedir a destruição de bens ambientais de relevância coletiva. Ao agir de forma oposta, a Prefeitura de São Paulo subverteu a lógica constitucional da tutela ambiental, transformando um dever jurídico em ato de destruição irreversível. O resultado é a supressão de um patrimônio natural de caráter coletivo e intergeracional, violando não apenas o direito das presentes gerações, mas também o das futuras", defendem os parlamentares do Psol na ação.

Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília. O parecer da PGR foi motivado por um pedido de prisão domiciliar feito pela defesa de Heleno. Segundo os advogados, o general tem 78 anos e graves problemas de saúde, como diagnóstico de Alzheimer e antecedentes de transtorno depressivo e transtorno misto ansioso depressivo. No entendimento de Gonet, é "recomendável e adequada" a concessão de prisão domiciliar humanitária ao militar. "A manutenção do custodiado em prisão domiciliar é medida excepcional e proporcional à sua faixa etária e ao seu quadro de saúde, cuja gravidade foi devidamente comprovada.

ta-feira passada, Josimar Maranhãozinho (PL-MA) (foto), Pastor Gil (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE), réus por suspeita de envolvimento em um esquema de desvio de emendas parlamentares, serão julgados em breve pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesta quinta-feira passada, o ministro Cristiano Zanin pediu ao também ministro Flávio Dino que marque o julgamento dos réus. Será o primeiro caso de desvio envolvendo congressistas no chamado orçamento secreto, revelado pelo Estadão, a chegar à fase final no STF. Segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), os parlamentares integravam uma organização criminosa e teriam cometido corrupção passiva ao solicitar R\$ 1,67 milhão em propina ao então prefeito de São José do Ribamar (MA), Eudes Sampaio, entre janeiro e agosto de 2020. Se o prefeito aceitasse pagar a propina, o município receberia R\$ 6,67 milhões em emendas de saúde indicadas pelos parlamentares. Conforme as investigações da Polícia Federal (PF), por meio da "Operação Ágio Final", o líder da organização e responsável por coordenar e controlar as emendas seria o deputado federal Josimar Maranhãozinho. Ele também foi apontado como o responsável por repassar pagamentos aos demais envolvidos. O suplente Bosco Costa, por sua vez, utilizava contas de familiares, como as da esposa e do filho, para movimentar valores relacionados ao esquema. A PF afirma ainda que o grupo ameaçava prefeitos, indicando que os parlamentares ficavam "coagidos" a fugir caso houvesse resistência ao pagamento. A corporação aponta que isso ficou claro em diálogos entre Pastor Gil e Josimar Maranhãozinho. Em novembro, a PGR pediu a condenação dos réus e também a perda dos mandatos dos envolvidos. Na quarta-feira passada, Josimar e Bosco Costa negaram novamente a prática de desvios ao STF. Em defesa, os advogados de Bosco Costa também solicitou que as provas obtidas pela operação da PF sejam desconsideradas, alegando ilegalidade. Os advogados pedem sua absolvição e argumentam que não houve desvio de recursos, afirmando que a acusação se baseia apenas no recebimento de R\$ 75 mil, valor que, segundo eles, não comprova crime. Já a defesa de Josimar Maranhãozinho afirma que a Controladoria-Geral da União (CGU) não identificou relação entre o parlamentar e os repasses investigados. "Documentos públicos e o testemunho do então prefeito de São José de Ribamar/MA demonstram que os valores recebidos pelo município foram destinados pelo Ministério da Saúde após aprovação de propostas formuladas pela prefeitura. Ou seja, os repasses não foram originados de emendas parlamentares", sustentam. Também são réus na ação Thalles Andrade Costa, João Batista Magalhães, Adones Gomes Martins, Abraão Nunes Martins Neto e Antônio José Silva Rocha. Destes, Gomes Martins, Martins Neto e Silva Rocha ainda não apresentaram alegações finais. Diante da ausência das manifestações, o ministro Zanin prorrogou o prazo por mais cinco dias.

Nota

PGR É A FAVOR DE PRISÃO DOMICILIAR HUMANITÁRIA PARA GENERAL GOLPISTA

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou nesta sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer a favor da concessão de prisão domiciliar humanitária ao ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno. Condenado a 21 anos de prisão na ação penal da trama golpista, Heleno está preso desde terça-feira, quando iniciou o cumprimento da pena. Ele está custodiado em uma sala do

OMISSÃO EM 8/1

Moraes vota para condenar cúpula da PM do DF a 16 anos

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta sexta-feira, para condenar a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal por omissão deliberada no 8 de Janeiro. Para o ministro, os oficiais sabotaram a operação de segurança na Praça dos Três Poderes para favorecer a entrada dos manifestantes no STF, no Congresso e no Palácio do Planalto. "O aparato institucional de segurança do Distrito Federal foi intencionalmente neutralizado pelos próprios responsáveis por sua ativação, em clara violação ao dever funcional e constitucional de proteção da ordem democrática", diz um trecho do voto. Moraes destacou que a direção da Polícia Militar empregou efetivo insuficiente, não mobilizou tropas especializadas de contenção, usou policiais em formação e não instalou barreiras eficazes. O ministro lembrou também que os comandantes não compareceram nas áreas críticas durante os ataques. A pena proposta foi de 16 anos em regime inicial fechado - 13 anos e 6 meses de reclusão e 2 anos e 6 meses de detenção, além de multa de aproximadamente R\$ 50 mil. O valor exato ainda será calculado no processo. A condenação é por cinco crimes: tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado. Um dos efeitos da decisão, se ela for confirmada pela Primeira Turma, é a perda dos cargos públicos. O ministro votou para absolver o major Flávio Silveira de Alencar e o tenente Rafael Pereira Martins, que também respondem ao processo. O julgamento ocorre no plenário virtual da Primeira Turma do STF A sessão online fica aberta até 5 de dezembro para os ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino registrarem os votos

PARTIDO LIBERAL

Deputados acusados de corrupção passiva com orçamento secreto

BRUNA ROCHA/AE

Camara.LEG.BR



Os deputados federais Josimar Maranhãozinho (PL-MA) (foto), Pastor Gil (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE), réus por suspeita de envolvimento em um esquema de desvio de emendas parlamentares, serão julgados em breve pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesta quinta-feira passada, o ministro Cristiano Zanin pediu ao também ministro Flávio Dino que marque o julgamento dos réus. Será o primeiro caso de desvio envolvendo congressistas no chamado orçamento secreto, revelado pelo Estadão, a chegar à fase final no STF. Segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), os parlamentares integravam uma organização criminosa e teriam cometido corrupção passiva ao solicitar R\$ 1,67 milhão em propina ao então prefeito de São José do Ribamar (MA), Eudes Sampaio, entre janeiro e agosto de 2020. Se o prefeito aceitasse pagar a propina, o município receberia R\$ 6,67 milhões em emendas de saúde indicadas pelos parlamentares. Conforme as investigações da Polícia Federal (PF), por meio da "Operação Ágio Final", o líder da organização e responsável por coordenar e controlar as emendas seria o deputado federal Josimar Maranhãozinho. Ele também foi apontado como o responsável por repassar pagamentos aos demais envolvidos. O suplente Bosco Costa, por sua vez, utilizava contas de familiares, como as da esposa e do filho, para movimentar valores relacionados ao esquema. A PF afirma ainda que o grupo ameaçava prefeitos, indicando que os parlamentares ficavam "coagidos" a fugir caso houvesse resistência ao pagamento. A corporação aponta que isso ficou claro em diálogos entre Pastor Gil e Josimar Maranhãozinho. Em novembro, a PGR pediu a condenação dos réus e também a perda dos mandatos dos envolvidos. Na quarta-

Guerra

Trump: qualquer documento assinado por Biden com 'caneta

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse nesta sexta-feira, que qualquer documento assinado pelo ex-presidente Joe Biden com caneta automática, conhecida como autopen, será cancelado e não terá qualquer força ou efeito.

Segundo o republicano, aproximadamente 92% dos documentos de Biden foram assinados com autopen.

"O uso da autopen não é permitido sem aprovação es-

pecífica do presidente dos Estados Unidos. Os lunáticos da esquerda radical que cercam Biden ao redor da bela mesa resoluta no Salão Oval tiraram a presidência dele. Estou, por meio deste, cancelando todas as ordens executivas e qualquer outra coisa que não tenha sido assinada diretamente", escreveu Trump na Truth Social, destacando que "Biden não estava envolvido no processo da autopen e, se ele disser que estava, será acusado de perjúrio".

Guerra

Medvedev chama Zelenski de 'palhaço' com colapso 'inevitável'

PEDRO LIMA/AE

O ex-presidente e atual vice-chefe do Conselho de Segurança da Rússia, Dmitry Medvedev, atacou duramente a liderança ucraniana em nova publicação no X feita nesta sexta-feira, em meio à turbulência política provocada pela renúncia do chefe de gabinete de Volodimir Zelenski, Andrii Yermak. Medvedev escreveu que "o governo corrupto ao redor do palhaço de Kiev", referindo-se ao presidente ucraniano, teria "desmoronado".

Segundo ele, Zelenski "pode ainda estar sentado em seu gabinete, expelindo cocaína do nariz, mas não será ele quem assinará o tratado de paz" para encerrar o conflito entre Rússia e Ucrânia.

O aliado do presidente russo, Vladimir Putin, afirmou

ainda que o líder ucraniano é "ilegítimo" e que "o colapso de seu sistema é inevitável".

Os comentários de Medvedev ocorrem após Zelenski anunciar a saída de Yermak, seu aliado mais próximo e principal negociador com os EUA, cujos escritórios e residência foram vasculhados por agências anticorrupção.

Em pronunciamento, o líder ucraniano disse que estava "reformulando" seu gabinete presidencial, em um momento em que Kiev enfrenta forte pressão de Washington para avançar em um acordo de paz quase quatro anos após a invasão russa.

Zelenski afirmou que começará consultas para nomear um novo chefe de gabinete e indicou uma nova equipe para conduzir a próxima rodada de negociações com os Estados Unidos.

Turquia

Orbán busca mais petróleo e gás da Rússia em negociações

O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, se reuniu-se nesta sexta-feira, com o presidente russo, Vladimir Putin, no Kremlin, reforçando a aproximação com Moscou e contrariando esforços da União Europeia para isolar a Rússia pela guerra na Ucrânia.

Orbán, considerado o líder mais próximo de Putin na UE, voltou a defender a continuidade das importações de energia russa, afirmando que "a energia russa forma a base do abastecimento energético da Hungria".

A visita ocorre após o premiê obter em Washington uma isenção das sanções impostas pelo governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, às russas Lukoil e Rosneft. Segundo ele, a medida garante o fornecimento "a pre-

ço acessível" durante este inverno do Hemisfério Norte e em 2026. Enquanto a Europa reduziu a dependência do petróleo e gás russos, a Hungria manteve - e até ampliou - suas compras, argumentando que alternativas poderiam provocar "colapso econômico".

Putin elogiou a "posição equilibrada" de Orbán sobre o conflito, enquanto cresce a expectativa por uma rodada de negociações envolvendo o enviado de Trump, Steve Witkoff, que deve viajar a Moscou na próxima semana para discutir o plano de paz apresentado pelo republicano, criticado por favorecer Moscou. O Kremlin confirmou anteriormente que recebeu os "parâmetros principais" da proposta revisada após reuniões EUA-Ucrânia.

Nota

TURQUIA: AUTORIDADE MARÍTIMA RELATA INCÊNDIO EM DOIS PETROLEIRO NO MAR NEGRO

A autoridade marítima da Turquia relatou nesta sexta-feira, um incêndio em um segundo petroleiro com bandeira da Gâmbia no Mar Negro, horas após membros da tripulação serem resgatados de um primeiro petroleiro. Em uma declaração publicada na plataforma social X, a autoridade marítima informou que o segundo petroleiro, Virat, foi "atingido" enquanto navegava no Mar Negro, a cerca de 35 milhas náuticas da costa turca. Equipes de resgate foram enviadas ao local para prestar assistência. Todos os membros da tripulação estavam seguros, embora tenha sido relatada fumaça densa na sala de máquinas, disseram as autoridades.

Controle de voo

Airbus anuncia recall de jatos A320 por potenciais problemas

ELISA CALMON/AE

A Airbus determinou o recall de aviões da família A320, as mais vendidas pela fabricante, após identificar potenciais problemas no funcionamento dos controles de voo. Em nota, a empresa diz que um "número significativo de aeronaves da A320 atualmente em serviço podem ser afetadas".

A Airbus explica que a análise de um evento recente envolvendo uma aeronave A320 revelou que a intensa radiação solar pode corromper dados críticos para o funcionamento dos controles de voo. Com isso, trabalhou proativamente com as autoridades de aviação para solicitar

ação preventiva imediata dos operadores por meio de uma Transmissão de Alerta aos Operadores (AOT, na sigla em inglês), a fim de implementar a proteção de software e/ou hardware disponível e garantir a segurança de voo da frota

A fabricante informou ainda que a AOT será refletida em uma Diretiva de Aeronavegabilidade de Emergência da Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA, na sigla em inglês). A Airbus finalizou dizendo que as recomendações podem causar impactos operacionais e pediu desculpas pelos transtornos, informando que seguirá acompanhando a aplicação das ações necessárias.

EUA

Trump vai suspender a entrada de imigrantes de ‘países do 3º mundo’

ASSÍRIA FLORÊNCIO/AE

O presidente Donald Trump anunciou, na madrugada desta sexta-feira, que irá suspender "permanentemente a imigração de todos os países do Terceiro Mundo" nos Estados Unidos. O anúncio acontece um dia após dois soldados da Guarda Nacional americana serem baleados à queima-roupa por

um afegão que residia no país desde 2021.

O mandatário afirma que a decisão é necessária "para permitir que o sistema dos EUA se recupere totalmente". "Somente a 'imigração reversa' é capaz de sanar essa situação", diz ele em outro trecho. A declaração foi feita em uma sequência de posts na Truth Social.

Aéreas afetadas

No Brasil, Latam e Azul operam aeronaves A320. Em nota, a Azul afirmou que nenhuma de suas aeronaves do modelo em questão está inclusa no programa de recall anunciado pela Airbus. "A companhia reforça que a operação da frota segue dentro da normalidade".

Já a American Airlines afirmou esperar alguns atrasos operacionais devido a uma grande alteração de software em um "número significativo" de aeronaves Airbus A320.

A companhia calcula que o problema afete cerca de 340 aeronaves da sua frota A expectativa é que a maioria das atualizações seja concluída entre esta

sexta-feira e o sábado, enquanto a aérea foca em limitar os cancelamentos.

A colombiana Avianca, por sua vez, informou que a orientação da Airbus impacta mais de 70% da frota da empresa.

"Embora a companhia aérea comece imediatamente a realizar as modificações exigidas pelo fabricante, interrupções significativas nas operações serão inevitáveis nos próximos 10 dias", diz.

Com isso, a Avianca fechou as vendas para viagens até 8 de dezembro a fim de evitar um impacto maior e possibilitar a reacomodação de passageiros em voos disponíveis, segundo nota enviada à imprensa.

México

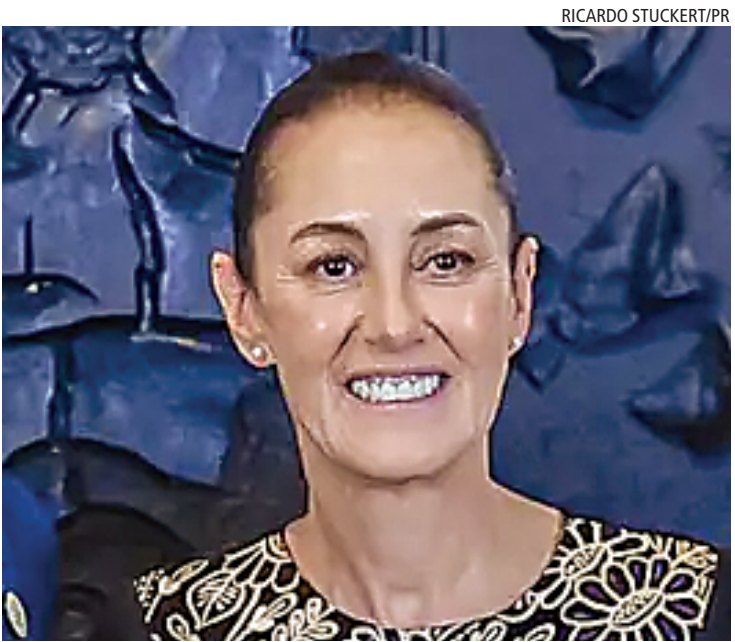
Sheinbaum espera que Procuradoria seja mais transparente com protestos

LETÍCIA ARAÚJO/AE

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, afirmou esperar que a Procuradoria Geral do país seja "mais transparente" após a saída do procurador Alejandro Gertz Manero. Os comentários acontecem em meio a uma disputa judicial com o empresário bilionário Ricardo Salinas Pliego, que tem causado uma onda de protestos no país.

"Acredito, é uma opinião pessoal, que a Procuradoria também necessita de uma transformação para o bem do México", disse Sheinbaum, em coletiva de imprensa nesta sexta-feira, 28, afirmando que é "um compromisso com o povo do México para avançar na segurança, na paz e na tolerância zero à impunidade".

Antes de sair, Alejandro Gertz Manero apontou Ernestina Go-



RICARDO STUCKERT/PR

doy, conselheira jurídica da presidência e ex-procuradora da Cidade do México, para substituí-lo até que o Senado escolha um novo procurador. Gertz Manero deixou a posição ontem

para assumir o cargo de embaixador do México, à pedido de Sheinbaum.

A troca aconteceu durante uma disputa judicial com o Grupo Salinas, após a empresa ser acusada de cometer diversos crimes fiscais. Neste mês de novembro, a Suprema Corte do México impôs cobranças de US\$ 2,5 bilhões de impostos à empresa, se referindo a taxas devidas entre 2008 e 2013. Após a decisão, Ricardo Salinas Pliego teria se alinhado com manifestantes que participaram de violentos protestos contra o governo de Sheinbaum, afirma a Reuters.

O empresário acusou as autoridades mexicanas de "extorsão", e afirmou concordar em pagar apenas US\$ 400 milhões, montante que diz verdadeiramente dever, ainda segundo a Reuters.

Ucrânia

Chefe de gabinete de Zelensky renuncia em meio a escândalo de corrupção

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski (foto), anunciou nesta sexta-feira, a renúncia do chefe de seu gabinete, Andrii Yermak, que também era o principal negociador do país nas conversas com os EUA, após a residência de Yermak ser revistada por investigadores anticorrupção. A ação acontece em um momento em que Kiev está sob intensa pressão norte-americana para assinar um acordo de paz para a guerra contra a Rússia.

Yermak tem sido um confidente de Zelenski por anos, e o

líder ucraniano há muito resiste à pressão para substituí-lo. Sua saída é um golpe para o líder ucraniano que corre o risco de perturbar sua estratégia de negociação. Em referência à provável controvérsia sobre a longa permanência de Yermak ao seu lado, Zelenski disse que a Rússia estava esperando que a Ucrânia cometesse erros e perturbasse as delicadas e tensas negociações de paz.

"Não temos o direito de recuar ou discutir entre nós. Se perdermos a unidade, corremos



WIKIPÉDIA

o risco de perder tudo, nós mesmos, a Ucrânia, nosso futuro", afirmou. "Devemos nos unir,

devemos resistir. Não temos outra escolha. Não teremos outra Ucrânia."

O nome de Yermak não apareceu em uma lista de funcionários que o líder ucraniano mencionou que comporia a delegação ucraniana para a próxima rodada de negociações com os Estados Unidos. Zelenski defendeu que "para preservar nossa força interna, não deve haver razões para nos distrairmos com qualquer coisa além da defesa da Ucrânia. Não quero que ninguém questione a Ucrânia".